

## ***A DILEMÁTICA EXPERIÊNCIA DO TEMPO À « MEDIDA »***

Emília Rodrigues Araújo

Universidade do Minho

Departamento de Sociologia /NES

[era@ics.uminho.pt](mailto:era@ics.uminho.pt)

### **Resumo**

Esta comunicação visa contribuir para a compreensão da experiência do tempo “à medida” equacionando-o num triplo sentido: a) como a possibilidade de gerir o tempo, conforme a oportunidade, o desejo e a necessidade dos indivíduos, famílias e grupos; b) como espaço-tempo de continuidade e reforço da *praxis* disciplinar que caracteriza os sistemas capitalistas e c) enquanto espaço-tempo de conflitos materiais, simbólicos e identitários resultantes de disputas diversas pela manutenção ou alteração de padrões e ordenamentos temporais. A comunicação tem duas partes principais. Na primeira, centro-me na problematização destas hipóteses, recorrendo a vários enquadramentos teóricos. Na segunda refiro-me a dados empíricos que nos permitem uma visão mais ampla daquela problemática. Estes dados referem-se a um inquérito por questionário aplicado em 2003 aos docentes de duas universidades portuguesas e a um outro inquérito realizado em 2004 numa média empresa da região Norte de Portugal. Esta comunicação é uma versão de um texto publicado (Araújo, 2002).

### **Introdução**

Não existem muitos estudos sobre a questão dos tempos «à medida». O mais citado pertence a Gell que discute a teorização de Bourdieu sobre os usos e as representações do tempo dos Cabila (Bourdieu, 1990). Gell (2000) aventa que o ritmo, uma das principais manifestações do tempo, não sugeria naquela sociedade, o sentido linear e cumulativo,

típico da organização industrial. Segundo o autor, o ritmo era ali experimentado «à medida de cada um» (*self-made temporality*) estando, assim, liberto de constrangimentos externos e abstractos que são característicos da organização moderna capitalista. De facto, a maior parte das explicações em torno do tempo recaem no estudo da passagem do tempo agrícola ao industrial (Debouzy, 1979). Thompson (1989) explicita como a organização industrial do trabalho obrigou os indivíduos a lidar com um sistema temporal muito distinto do agrícola. Neste, o tempo constitui-se *nas e pelas* actividades numa harmonia quase perfeita com os ritmos temporais “naturais”. Trata-se de um sistema de tempo inscrito e orientado para as actividades, “para o que se tem que fazer”. O sistema disciplinatório industrial exigiu adaptação e aprendizagem a um sistema temporal de tipo abstracto e des substancializado como é medido e identificado pelos e nos relógios e cronómetros. Nesta, o tempo, que é um recurso escasso, assume-se como um foco de tensões e de conflitos por onde passam muitas das situações de desigualdade social, de desequilíbrios e de exclusões não só necessariamente ligadas à distribuição e redistribuição de rendimento e às características das profissões, mas também à manipulação de variáveis tais como a idade e o género. Os diversos estudos têm sido consensuais quanto às dificuldades que os indivíduos sentem em gerir o tempo “à medida”, isto é o tempo que se propicia a ser regulado pelos actores envolvidos nas relações e interações sociais conforme o interesse e a necessidade destes e que é vulgarmente conhecido, em todas as esferas, como tempo “flexível”. Com efeito, seja qual for o campo de análise, o tempo constitui sempre uma das dimensões fulcrais para perceber as relações de poder entre indivíduos e entre estes e as organizações. Neste momento, a sociedade é atravessada por uma experiência dilemática por causa dos desajustamentos criados entre:

- a) Um sistema de organização temporal flexível – que é mais característico nas organizações de “trabalho”- e um sistema de organização não flexível – mais característico nas organizações educativas e “públicas” das quais os percursos biográficos daqueles indivíduos dependem ;
- b) A permanência de um *habitus* de uma organização temporal, cuja experiência se baseia profundamente na simbologia calendária da semana/fim-de-semana, dia/noite e período de trabalho/férias e um outro sistema de natureza ainda desconhecida, cuja experiência temporal se caracteriza pela ambivalência (psicológica e social) em relação àquele sistema temporal

Estas hipóteses têm tanto mais consistência porquanto existe uma torrente de estudos que assinalam a crescente flexibilização dos horários de trabalho e a fragmentação das temporalidades sociais (Mercure, 1996) que impelem a um tipo de disciplina temporal auto imposta e gerida na base da confiança.

### **Anotações metodológicas**

Esta comunicação tem um propósito eminentemente reflexivo e exploratório. Dessa forma, os dados que recolhidos e apresentados devem ser tidos como contributos importantes para a problematização das hipóteses e não tanto como indicadores de regularidades estatisticamente significativas. Refiro-me a um inquérito por questionário que apliquei entre Junho e Setembro de 2003 aos docentes de universidades portuguesas inserto nos objectivos do projecto n°33677/Soc/POCTI financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e destinado ao estudo dos usos e das representações do tempo por parte dos docentes do ensino universitário<sup>1</sup>. O questionário foi enviado ao universo (1800 docentes), tendo sido recebidos 273 preenchidos estando as principais conclusões publicadas no sitio do projecto<sup>2</sup>. Os dados relativos aos trabalhadores de uma fábrica da zona Norte de Portugal que labora em três turnos, foram recolhidos também através de inquérito por questionário no segundo semestre de 2004 no âmbito de um trabalho prático realizado por um grupo de alunos para a cadeira de Sociologia dos Estilos de Vida. Dada as características do estudo e os recursos disponíveis, o inquérito abrangeu apenas 105 de um total de cerca de 650 trabalhadores. Abrangeram-se três turnos de laboração (das 6h às 14h, das 14 às 22h e das 22 às 6). Os dois primeiros são mais feminizados e o último é integralmente composto por homens.

### **O tempo «à medida»**

Para perceber a dimensão sociológica do adjectivo “à medida” é preciso entender que, como qualquer outro bem que possa ser classificado como “*self made ou self service*”, o tempo é uma mercadoria que se transacciona e sujeita às leis do mercado da oferta e da procura e cujo valor se determina, sobretudo, pela sua escassez. Alguns autores apontam algumas "estratégias" de acção sobre a escassez, vulgarmente entendidas como formas de “gestão do tempo”: a restrição do tempo pessoal a uma agenda social; a sequência e priorização de alternativas de acordo com um julgamento moral sobre o valor de cada uma delas (por exemplo entre profissional ou privada); a

---

<sup>1</sup> <http://www.ics.uminho.pt/sociologia/inv/questionario.doc>

<sup>2</sup> <http://www.ics.uminho.pt/sociologia/doc/era/publ/fases.pdf>

introdução de um hábito-rotina e a ritualização do uso do tempo (Heinemann e Ludes, 1978 *cit. in* Bergmann, 1992:109). A escassez é uma “categoria social” que classifica comportamentos e por si, é capaz de servir como critério avaliador do tempo. Por isso, as diversas maneiras de gerir referem-se tanto às margens de autonomia dos indivíduos e dos grupos, como ao seu constrangimento por parte de outros indivíduos, organizações ou Estado (Bergmann, 1992:109).

O tempo «à medida» sugere uma problematização homóloga à que permite enquadrar teoricamente a compreensão de aspectos da sociedade de hoje, tais como o vestuário, a alimentação, as preferências culturais, tecnologia e os estilos de vida. Isso acontece porque no centro dessa compreensão está a discussão em torno do conceito e do processo de «individualização» que, desta feita, tem suscitado um debate aceso entre liberdade e constrangimento imprescindível considerar. Assim, o tempo «à medida» prefigura, ao nível conotativo, a existência de um ordenamento temporal “feito à medida de cada um”, o que quer dizer, a possibilidade de os indivíduos gerirem o tempo de acordo com as suas necessidades e aspirações em perfeito ajuste entre todos os tempos que constituem os universos quotidianos. Por isso, a autonomia e a liberdade são os dois mediadores principais desta forma de usar plenamente o tempo. Nowotny (1996) sugeria há alguns anos que as sociedades tendem a conviver diariamente com ucronias, isto é, desejando outro tipo de relação e de orientação com e no tempo. Nessa linha, sustentava que o grande desejo dos indivíduos das sociedades modernas seria o da fuga à rigidez dos quadros temporais e a experimentação da “duração” na sua plenitude, o que é sugestivo, da *self made temporality* que perdura no imaginário como uma espécie de regresso à comunidade perdida. Argumento neste texto, justamente, que os tempos flexíveis se impõem ao nível representacional como tempos «à medida» mas, em simultâneo, considerando os pressupostos ontológicos que esta possibilidade implica, não se realizam enquanto tal devido a duas razões: em primeiro lugar porque é o modelo temporal disciplinar que escora a possibilidade do tempo «à medida», sendo que este tempo flexível aparece como uma “derivada” da auto disciplina (disciplina internalizada).; em segundo lugar porque a realização do tempo «à medida» careceria, no limite, de um devassar completo das «estruturas» de regulação temporal que precisem à organização social e económica do mundo industrializado e que têm vindo progressivamente a distanciar-se muito mais do que aproximar-se, das marcações «calendárias» naturais. Aliás, na perspectiva de análise marxista, o quadro temporal industrial é considerado um agente pelo qual se aliena o tempo de vida porque através

dele privilegia-se o tempo de trabalho e relega-se para segundo plano o tempo livre que, citando Marx, seria o "poros" da própria jornada de trabalho, o tempo através do qual o Homem se poderia encontrar a si próprio (Marx, 1990/1857). Na opinião de Grossin (1996), o trabalho em migalhas é o exemplo máximo de como o indivíduo se encontra alienado do seu próprio tempo, de alguma possibilidade de dispor de tempo dada a máxima rentabilização do cronómetro.

Os ordenamentos temporais são especializados e espacializados. Como refere Corbin (2000) no século XIX, a especialização chega a todos os domínios da vida mesmo a sub áreas subterrâneas ou socialmente "impróprias" como os asilos e as casas de prostituição, acompanhada da racionalização, espacialização temporal e disciplina. A disciplina foi, assim, internalizada e incorporada a ponto de se vir a confundir com a auto disciplina, isto é, com a capacidade de o/a própria administrar o tempo de forma livre de acordo com os seus desejos e motivações. Para argumentar esta ideia, precisamos fazer uma incursão histórica e sociológica através do conceito de disciplina e da sua derivada, a auto disciplina. Explica-se a emergência da auto-disciplina por referência ao processo de complexificação crescente das sociedades modernas, o qual exigiu uma progressiva "necessidade" de interiorização e de "aprendizagem" individual do "valor" do tempo (Elias, 1997). Com efeito, na linha dos autores da Sociologia do Tempo, a auto-disciplina não aparece como algo suspenso que a permita conceber como mera "característica psicológica" explicada pela vocação ou pelo sentido de "profissionalismo" intrínseco a um indivíduo em concreto. Emerge do âmbito, sobretudo, de um processo histórico de progressiva individualização dos princípios temporais reguladores da organização social e económica capitalista tipicamente hetero disciplinar (Elias,1997).

A (hetero) disciplina temporal está implicada no *ethos* capitalista que se organiza em torno do predomínio do tempo do relógio, o símbolo por excelência da escassez de tempo e instrumento privilegiado de regulação do tempo de trabalho, pago e produtivo (Landes, 1989). Por inerência, estão associados à disciplina os princípios concretos de organização como a especialização, a hierarquização e a vigilância espaço-temporal, cuja génese alguns autores situam nos sistemas religiosos (Thompson 1998; Giddens, 1995; Weber, 1997; Foucault,1998). A auto-disciplina deriva da (hetero) disciplina, desde de que se considere que se passa de uma situação em que o Estado, as suas Instituições e o Mercado são agentes disciplinadores para uma situação em que as mesmas instituições "delegam" no indivíduo a tarefa "de se disciplinar", tendo como

suportes os princípios da responsabilidade e da pontualidade (Nowotny, 1996). Nesse sentido, o amestramento temporal, característico da organização “científica” do trabalho, dá lugar à autonomia e à flexibilidade temporais que pressupõem o princípio da responsabilidade na gestão de um tempo escasso. Este facto pode providenciar a explicação para o modo como a auto-disciplina, precisamente nos contextos democráticos, apareça como uma situação de “privilégio” porquanto se identifica à superfície (isto é, através de um processo deficiente de reflexividade) com o “poder dispor do tempo conforme a oportunidade”. A “disciplina” temporal, assente no poder disciplinante do relógio, teve implicações incisivas nas representações “internas” do tempo. O relógio e com ele, o cronómetro, mais do que objectos de “medição do tempo” passaram a ser o próprio tempo por causa da sua “capacidade” para ordenar, sequencializar, periodizar e para hierarquizar actividades/acções (Rossun, 1992/1997). É essa ordem de sucessão e de priorização que cria a sensação de que o tempo é abstracto e flui externamente ao sujeito até porque obedece a esquemas de durações delineados pelas instituições que regulam outras dimensões do tempo “vivido” e “pessoal” que não dizem respeito ao tempo “pago” propriamente dito. De forma muito sucinta, o ordenamento temporal “imposto” no e pelo relógio caracteriza-se por um tipo de orientação temporal perspectivada em função da sequência rotineira de actividades programadas que não implica, obrigatoriamente, a constatação da necessidade efectiva de que determinada actividade seja executada. Assim, a autodisciplina, ainda que vivida como acção puramente individual, acaba por ser uma forma de (hetero) disciplina. Em primeiro lugar, porque é derivada histórica da hetero disciplina (salarial) que invadiu todos os domínios do social, inclusive da vida íntima (Zarifian, 2000:192). Em segundo lugar, porque implica um tipo de auto-amestramento ao qual o indivíduo se obedece, se submete.

Esta submissão tem, apesar de tudo, uma natureza singular. Não se trata de « seguir » a reprodução de um modelo de organização temporal disciplinador semelhante ao modelo temporal formalizado e previsto por parte da instituição e do Estado, tipicamente burocrático e regulado pela “hora”. Trata-se de pensar num modelo de organização temporal em que, de alguma forma, há intervenção da vontade própria no arranjo da sequência temporal favorável a uma atribuição de tempo equilibrada. A este nível, a auto-disciplina aparece como uma estratégia de fuga à hetero disciplina, bem como garantia do resguardo do « tempo próprio », aquela parcela de tempo cuja existência expressa diferenças significativas de posição social. Nessa linha, a auto

disciplina pode então ser encarada, no nível manifesto, como uma reminiscência possível do tempo “pré – disciplinante” em que o “ordenamento temporal” obedecia a uma orientação temporal para o “que se tem de fazer” (Thompson, 1998/1979) e não para “quando se tem de fazer”. A particularidade desta última é permitir a intermutabilidade espaço temporal que comporta, contudo, o risco da perda de valor da actividade por causa da preponderância da representação do modelo rígido. Seja qual for o caminho delineado para estudar a disciplina e as suas formas de manifestação, mantêm-se o pressuposto de que a disciplina está situada, fundamentalmente, no poder transformador dos instrumentos de medição temporal, como o relógio, a partir do século XVIII.

Segundo Thompson, a disciplina é sempre resultado de três dimensões: a standardização (grau em que o tempo-espaço é disciplinado de forma a ser o mesmo de outras pessoas): a regularidade (grau em que o tempo-espaço das pessoas envolve rotina repetitiva) e a coordenação (grau em que o tempo e espaço são disciplinados de forma a estarem sincronizados com os de outra pessoa). No entanto, desmontando estes sentidos, seguindo de perto Glennie e Thrift (1996), nota-se que, dependendo da actividade, ou do subsistema temporal, podemos chegar a diversas combinações de disciplina que podem não comportar as três dimensões enunciadas.

O processo pelo qual, mais ou menos objectivamente, a hetero disciplina se torna auto disciplina (e portanto nos permite formular esta equação a partir das narrativas dos entrevistados) é tratado por Elias (1997) como uma das vertentes do “processo civilizacional” numa abordagem que, de algum modo, se vem a aproximar da proposta por Simmel. Elias entende que, tal como os usos do corpo, da linguagem e do espaço, também os usos (as representações) do tempo estiveram sujeitos a um processo de “rectificação”, de alinhamento, de “organização” e de “especialização”. Um processo em que a auto disciplina, mais do que decorrer das “estruturas objectivas”, presentes e manifestadas nas formas de organização social, se instala nas “estruturas objectivas internalizadas”, como traço ou componente de personalidade. Portanto, a auto disciplina temporal, como estrutura da “personalidade”, resulta de um *habitus*, através de um processo de socialização, isto é, através da “aprendizagem” temporal. Segundo Elias a autodisciplina temporal veicula uma necessidade do processo civilizacional, a modulação da “interioridade” do indivíduo pelo social (Elias, 1997; Zarifian, 2000:187). A autodisciplina temporal aparece como capacidade individual de auto organização e auto situação no tempo. Como a trata Elias, a autodisciplina é a necessidade constante

do indivíduo se situar no tempo de forma “aparentemente” compulsiva. É um tipo de “consciência”, de “be ware” e transcende, por isso, outras formas de autodisciplina temporal com origem nos ritmos e ciclos naturais ou mesmo “biológico-existênciais”, como a idade (Zarifian, 2000:198). A autodisciplina é profundamente social, está enraizada numa organização económica e social e, tal como apresentada por Elias, “comporta” a “consciência da escassez” – de finitude e de linearidade. A autodisciplina acontece sempre por referência a uma sistema de disciplina, a um quadro temporal regulador mais ou menos formalizado, imposto pelo Estado pelas Instituições ou pelo mercado (Nowonthy,1996). Faz-se por referência a um sistema de disciplina, de exercício de poder, e de dominação, de constrangimento temporal. A disciplina não existe em suspenso, afirma-se por um certo “ethos”, por um “sentido do dever” e pela consciência (Weber, 1998:2539). A disciplina impõe limites, funcionaliza, desresponsabiliza o executor, sobrecarrega o “disciplinador” e aparece relacionada com o modo de produção capitalista e ao *ethos* correspondente(Weber, 1996) . Giddens (1995) considera não haver nada anterior ao capitalismo que se assemelhe à coordenação e vigilância em larga escala do trabalho humano e segue uma argumentação muito próxima de Weber (1997; 1998) ao postular que a disciplina temporal é uma exigência e um pressuposto de especialização e fragmentação da Sociedade Industrial.

Mas, não é só esse processo de “interiorização” “institucionalizado” que torna a disciplina autodisciplina numa sincronia de acção perfeita à engrenagem capitalista tal como bem o retratam os filmes de Chaplin ou Tatti. A auto disciplina e a sua distinção “dita” em relação à disciplina, longe de ser apenas uma mera acção unilateral de um decisor sobre o tempo, pode ser entendida como uma dessas estratégias de distanciamento: a) em relação à disciplina tal como aparece nos ordenamentos formalizados pela Lei: uma forma de guardar a zona temporal opaca e a incerteza face ao quadro temporal institucional; b) em relação à disciplina tal como ela caracteriza grupos sociais, profissões que se querem distintos de si.A autodisciplina é de algum modo reveladora da capacidade de ajuste certo do tempo de modo a haver “tempo para tudo” e, em especial para “si”. A peculiaridade da “autodisciplina” face à “disciplina” tal como são reveladas e assumidas como “estratégias” pelos indivíduos, é ser “atribuída” ao foro psicológico, isto é, ser assumida como uma característica da personalidade, uma “categoria psicológica” que, no limite, definiria a “competência” e, mesmo, a “vocação” para o exercício de determinada actividade. Portanto, se compreendida como “distinta” da disciplina (no sentido de ser-se disciplinado por), é

também identificada com disciplina mas no sentido de ter-se disciplina – o próprio sobre si).

Em síntese, considero que a auto - disciplina, frequentemente tida como a forma ideal de “rentabilizar” o tempo, merece destaque porque é associada a desempenhos individuais mais ou menos bem sucedidos gerando duas ideias que vale a pena reter para uma discussão futura: por um lado, que a possibilidade de se vislumbrar o exercício do tempo «à medida» possa figurar como um privilégio e uma recompensa. Por outro, que na sua concretização, os indivíduos possam mostrar plenamente as suas habilidades e capacidades, sendo recompensados em função desse esforço e competência. Desta forma, não sugiro apenas que o tempo «à medida» possa ser lido como uma componente «ideológica» na *praxis* social da qual todos somos participantes, mas adianto também que a sua realização «original» não é possível, perante o domínio que o tempo de trabalho (e económico) tem sobre todos os outros tempos numa sociedade que, contrariamente a muitas outras, estudadas sobretudo pela Antropologia, possui uma consciência aguda do tempo.

### **O tempo «à medida» e as “estruturas temporais”**

O tempo «à medida» sugere ainda a possibilidade de uma sociedade de 24 horas, isto é, cujo funcionamento económico e social é ininterrupto e, por o ser, potenciar o manuseio absoluto do tempo conforme a oportunidade e os interesses dos indivíduos. Acontece, no entanto, que a forma como nos orientamos no dia-a-dia está condicionada pelo tempo social que regula inclusive as nossas biografias e vai ditando a “melhor altura para”. Uma das componentes centrais desse tempo social é a semana que não é apenas uma forma de organização e de contagem do tempo. Pelo facto de estar acoplada à evolução do sistema de produção capitalista e ter presidido como principio organizador da sociedade industrial, a semana constitui-se ao longo do tempo, como traço identitário das sociedades ocidentais. Está incorporada como estrutura estruturante e, nesse sentido, ela tem um duplo sentido:

a) é um eixo do tempo social dominante (entidade externa de coordenação e de integração ao ponto da sua inexistência ou fragmentação poder causar dilemas identitários de indivíduos;

b) personifica, em concreto, a formulação do tempo social num sentido sociológico e material e objectivo (a semana enquadra os tempos de trabalho, os dias de lazer e os de tempo livre).

A semana institucionalizou as separações entre dias de trabalho e dias de descanso e ao longo do tempo, todos os dias da semana ganharam simbologias e valores próprios que variam, contudo, conforme a situação profissional, o tipo de actividade desenvolvida e, de forma muito particular, conforme o género.

Com efeito, os vários dados estatísticos sobre emprego “atípico” nos diversos países da união europeia dão conta de que só uma percentagem diminuta de pessoas trabalha ao fim-de-semana (na ordem dos 10%) e que também é relativamente baixa a percentagem de pessoas que trabalha de forma alternada nos diversos dias da semana. Frequentemente, olhando para estes números, temos dois tipos de reacção: ou nos detemos no facto de as percentagens serem relativamente baixas ou nos preocupamos em abrir pistas de análise que permitam alargar essa percentagem e potenciar o aumento de pessoas a trabalharem nesses regimes temporais denominadas de “atípicos”. Raramente nos questionamos sobre o modo esses indivíduos vivem a atipicidade e os dilemas identitários que essa experiência comporta e que ultrapassam a questão da descoordenação temporal e dos desajustes de ritmos, implicando mudanças na vida dos indivíduos. A realização dos tempos «à medida» nos quais já incluo a auto disciplina, colide, assim, com a internalização dos sentidos especializados e espacializados do tempo pelos quais este condiciona a vida dos indivíduos, dos grupos e das famílias. Serve então esta consideração para inferir que a realização dos tempos «à medida» não está sujeita apenas à existência de autonomia e de liberdade para o exercício dos tempos, conforme as preferências e as actividades e que faria com que, de facto, se detectassem disparidades pertinentes em termos de grupos profissionais e de classes sociais. É claro que estas existem tanto em relação aos conteúdos, como as quantidades de tempo e são fundamentais para perceber alguns dos processos mais recentes de diferenciação social. Mas, no que concerne problemática deste texto, considero que as representações da semana e das suas fronteiras temporais são similares, o denota, justamente, o peso do tempo social como estrutura reguladora e integradora dos comportamentos indivíduos no tempo, classificando-os, aliás, de “típicos” e de “atípicos”.

### **Discussão exploratória sobre alguns dados**

Os usos do tempo, por parte dos docentes do ensino universitário público, são habitualmente classificados como sendo de tipo flexível. À primeira vista tal assunção supõe a existência do tempo «à medida». Tal classificação é uma contradição nos termos pelo facto de ser em todo o caso um tempo controlado e administrado por uma

«organização». Além disso, verifica-se que na prática essa possibilidade está, nos contextos académicos actuais, exclusivamente dependente da «auto disciplina» que, importa reiterar, é uma “categoria” (social) muito antes de ser uma “característica psicológica”. Os resultados mostram, ainda que de forma limitada, que este “grupo”, não obstante reclamarem a si a possibilidade do exercício do tempo «à medida» (auto disciplina), encontra entraves fundamentais à realização desta, dado o ritmo matinal, diurno e semanal que caracteriza todas as organizações das quais depende. Para além disso, os docentes sentem-se pessoalmente se sentem compelidos (por efeitos da mesma auto disciplina que obriga a um ritmo e a uma rotina) a respeitar esses mesmos marcadores de tempo ainda que tenham autonomia para os mover e dilatar.

Com efeito, no caso dos docentes universitários, o fim-de-semana é usado para trabalhar apenas quando tal é estritamente necessário. Esta constitui uma tendência verificada nas respostas dos inquiridos das diversas áreas e é assinalada tanto por homens, como por mulheres. Trabalhar ao fim-de-semana por gosto ou por prazer é muito raramente assinalado. Os que costumam trabalhar ao fim-de-semana fazem-no sobretudo ao sábado e, na sua maioria, 2 a 3 vezes por mês. Com excepção dos fins-de-semana, os inquiridos demonstram bastante indiferença quando lhe solicitamos para expressar mais concretamente as preferências em termos de dias de semana e de meses do ano. Mesmo assim, o dia que reúne mais preferências por parte dos inquiridos é o sábado. O dia que chega mais rápido no círculo da semana e aquele que reúne menos preferências é a segunda-feira. Ao tentar perceber melhor o tipo de simbologia ligada a cada dia, verifica-se que o sábado reúne os substantivos de descanso, em primeiro lugar, e de prazer, em segundo. O domingo de manhã obedece à mesma classificação mas não o domingo à tarde que, congregando a sensação de descanso e de prazer, dispersa-se por outras características que, em termos semânticos, se lhe opõem, como a ansiedade, o aborrecimento e a obrigação.

**Quadro n°1- Sentidos atribuídos ao fim-de-semana pelos docentes**

<i>Sensações</i>	<i>Sábado (1)</i>		<i>Sábado (2)</i>		<i>Domingo Manhã (1)</i>		<i>Domingo manhã (2)</i>		<i>Domingo tarde (1)</i>		<i>Domingo à tarde (2)</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Descanso	165	64,7	2	1,0	201	79,4	2	1,1	124	48,4	1	,5
Ansiedade	17	6,7	3	1,5	16	6,3	4	2,3	58	22,7	13	7,1
Prazer	43	16,9	115	58,7	19	7,5	96	54,5	25	9,8	64	35,0
Aborrecimento	3	1,2	5	2,6	1	,4	10	5,7	15	5,9	25	13,7
Obrigação	10	3,9	44	22,4	4	1,6	27	15,3	14	5,5	41	22,4
Outra	17	6,7	27	13,8	12	4,7	37	21,0	20	7,8	39	21,3
Total	255	100	196	100	253	100	176	100	256	100,0	183	100,0

As conclusões retidas sobre a população dos docentes inquiridos não podem ser extrapoladas, dada a reduzida taxa de respostas. Contudo, estas apresentam bastante coerência teórica, isto é, são legíveis a partir de quadros teóricos existentes e legitimados. Para além disso, resistem à comparação com resultados obtidos noutras categorias profissionais. Os trabalhadores inquiridos nesta empresa estão impossibilitados à partida de terem tempos «à medida» ainda que haja uma margem para acreditar que através da mobilidade dos turnos a possam ter. Neste caso, ainda que auto disciplina permeie as pequenas unidades de tempo dentro do espaço da fábrica, está completamente suplantada por um modelo de tempo rígido e (hetero)disciplinante. Este materializa-se não só na delimitação das durações dos períodos de trabalho e de descanso, como passa pela extensão dos turnos e abrange, em particular, a gestão dos tempos exteriores à vida na fábrica (o tempo “disponível” para outras actividades, eventos e funções). Mesmo que os turnos se alterem e exista a possibilidade de inverter alguns movimentos “de massa” (por exemplo, não fazer compras ao fim da tarde mas ao meio dia, ou não procurar os espaços de lazer nos dias de fim-de-semana nas durante a semana trabalhando ao sábado e/ou domingo), não se pode considerar essa possibilidade como tempo «à medida». Os tempos são externamente determinados e as margens de autonomia são praticamente inexistentes, não só em relação à organização para a qual se trabalha como em relação a todas as organizações das quais se depende em maior ou menor grau. À semelhança do que se verifica no caso dos docentes e porque estamos a falar já não do peso das características particulares das profissões, mas dos traços de um tempo social macro, também neste caso se vive o tempo a partir das marcações simbólicas e dos sentidos que lhe são atribuídos e são accionados pelo *habitus*.

Os resultados revelam que os dias preferidos dos operários são, por ordem, o sábado, o domingo e a sexta –feira. Os três dias são relativos ao fim-de-semana sendo que o último é o dia que marca o fim do tempo ocupado e o início do interregno de tempo livre e de lazer. Estes resultados, como os anteriores, não servem apenas como indicadores das preferências, assinalando de forma nítida um elevado desprazer com tempo rígido ocupado com o trabalho ao serviço de uma organização. São indicadores dos modos de vida deste grupo e das rotinas que estruturam os seus quotidianos, de tal forma que existem diferenças pertinentes em termos de género que vale a pena realçar. Os homens são os que menos preferências afirmam ter por um ou outro dia mas são os

que vêm o sábado o melhor dia da semana. As mulheres acentuam as suas preferências no dia de sexta feira. A diferença «de género» situa-se na forma como as mulheres tendem a assinalar o tempo de fronteira referindo-se menos aos conteúdos dos desses tempos e mais ao que eles prognosticam , enquanto os homens assinalam mais os conteúdos, as acções que vão compor esses tempos (esses dias). Com efeito, estamos no meio de grupos em que as clivagens nos usos do tempo segundo o género são muito notórias. Aí, os modelos de ocupação do tempo em termos das horas do dia e segundo os dias da semana são estritamente gendarizados e reveladores de profundas desigualdades. Estas manifestam-se não só no que respeita às rotinas do dia-a-dia, como à gestão do tempo livre, onde se inclui o doméstico e familiar e que ocorre maioritariamente ao sábado, no caso da mulheres. A experiência do tempo constricto e disciplinar, que surge em clara oposição ao tempo «à medida» e ao modelo auto disciplinar que caracteriza os docentes do universitário, conduz à marcação negativa da segunda-feira que institui o reinício do tempo de trabalho e, sobretudo, marca o término do parênteses do fim-de-semana. Sendo a separação dos tempos vivida como fundamental para a organização da vida, a segunda –feira marca, sobretudo para as mulheres, o que se deixa para fazer em casa e na família e que não é completado por outras instituições. Daí que seja tão importante verificar que as mulheres que trabalham nos turnos da tarde vivam de forma mais stressada o tempo no interior da fábrica, do que as que trabalham no período dos turnos da manhã.

**Quadro nº2 - Sentidos atribuídos ao fim-de-semana pelos operários da empresa X**

<i>Sensações</i>	<i>Sábado (1)</i>		<i>Sábado (2)</i>		<i>Domingo Manhã (1)</i>		<i>Domingo manhã (2)</i>		<i>Domingo tarde (1)</i>		<i>Domingo à tarde (2)</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Descanso	88	83,8			97	92,4			71	67,6	1	1,0
Ansiedade	5	4,8	4	3,8	2	1,9	4	3,8	21	20,0	11	10,5
Prazer	5	4,8	66	62,9	3	2,9	73	69,5	10	9,5	66	62,9
Aborrecimento	3	2,9	6	5,7	1	1,0	3	2,9	1	1,0	8	7,6
Obrigação	4	3,8	20	19,0	2	1,9	14	13,3	2	1,9	5	4,8
Outra			9	8,6			11	10,5			4	3,8
Total	105	100,0	105	100,0	105	100,0	105	100,0	105	100,0	105	100,0

Este estudo exploratório serviu para testar a coerência da assunção de que os dias da semana têm influência directa nos climas emocionais e estados psicológicos dos indivíduos, embora a intensidade dessa modelação varie em função das próprias características da actividade profissional desenvolvida, ou mais rigorosamente, em função dos conteúdos dos tempos. Com efeito, considero que esta assunção não serve

apenas para pensar sociologicamente os quotidianos dos indivíduos que exercem uma actividade profissional remunerada, fora ou dentro de casa, tendo maior ou menor margem de autonomia na gestão do tempo, mas também se estende aos grupos de indivíduos que nunca tiveram essa actividade profissional remunerada ou a deixaram de ter. Neste último caso, refiro-me aos desempregados e aos reformados que se vêm na compulsão de “fazer tempo” e marcá-lo usando mais coordenadas do que aquelas que são possíveis pelas referências calendáricas (c.f. Lazarsfeld et Jahoda, 1981).

Os inquiridos estão posicionados em estratos sociais diferenciais e revelam estilos de usos do tempo também diferenciados. Os usos do tempo, por parte dos docentes do ensino universitário, podem ser classificados de auto disciplinares, enquanto por parte dos operários são disciplinares e estão sujeitos a serem alterados. Apesar das experiências relativas às simbologias dos dias e à experiência do tempo serem similares, encontro um ponto de divergência fundamental que tem mais a ver com a experiência do fim-de-semana. Este revela, justamente, como ambos os grupos possuem representações e esquemas de organização da vida distintos, sendo que os docentes do ensino universitário se revêem num estilo de usos do tempo que, precisamente, se opõe ao estilo dos operários. Isso passa fundamentalmente pelo facto de os primeiros verem no sábado o tempo máximo de liberdade e de posse, não carregado pelas funções e atribuições domésticas e olharem o domingo mais numa perspectiva de ansiedade e fundamentalmente de resguardo em casa, a fim de inverter os movimentos de saída que caracterizam os usos do domingo, por parte dos operários que vêm neste o dia de descanso e, sobretudo, de posse.

### **Algumas notas finais**

Embora bastante presa a conceitos e a abordagens mais teóricas sobre os modos de entender os regimes de organização temporal, esta comunicação versou sobre a compreensão da experiência do tempo “à medida”. Procurei sustentar a hipótese de que falar do tempo «à medida» não supõe apenas pensar sobre a influência da tecnologia nos nossos quotidianos e na forma como esta, teoricamente, permite de facto, devassar as fronteiras mais naturais (como o dia e a noite) ou mais socialmente convencionadas (como os dias da semana e os dias de fim de semana). O tempo «à medida» é uma hipótese de orientação temporal que se ajusta a sociedades onde não existe *tempo* e em que a sucessão dos acontecimentos se regula pelas necessidades sentidas pelos grupos e pelos indivíduos. Usado para classificar os regimes temporais orientados mais para a

tarefa do que para o cumprimento de um horário, o tempo «à medida» tem um sentido muito mais próximo da “auto disciplina” que se norteia pela especialização e especialização, do que um sentido pleno de liberdade e de ajuste entre desejo e necessidade. Mais do que caracterizá-lo como recurso argumentativo ideológico, importa perceber um aparente paradoxo:

- a) O tempo e a temporalidade (tempo dinâmico) «à medida» desempenham uma função utópica importante nos imaginários hodiernos;
- b) O exercício do tempo «à medida», mesmo que conceptualizado já como «auto disciplina» implica uma mudança estrutural profunda no *habitus* temporal que caracteriza a sociedade, as organizações e os esquemas temporais organizacionais e que leva a uma crise identitária inevitável nos sistemas de representação do tempo, *maxime*, no sistema de organização calendário.

Finalizo afirmando que este processo de ruptura está em curso podendo vislumbrar-se resistências e oposições entre o capital, por um lado, e o trabalho, por outro. É, aliás, nesta perspectiva, que se deve questionar a violência, por vezes exercida, sobre a vida dos indivíduos obrigando-os a “neutralizar” os sentidos e a simbólica do tempo (como disse, *maxime*, a semana) que têm estruturado tanto a sociedade (e os modos de vida diferenciados de grupo para grupo) como a sua cultura. Serviram os resultados de dois estudos “exploratórios” para vincar a preponderância que a semana e a singularidade dos dias têm para os indivíduos e, principalmente para mostrar como as resistências à mudança, no que concerne a este aspecto, são mais do que a revelação de posturas conservadoras: mostram as relações e as lutas de poder entre quem controla e de quem possui um bem precioso como o tempo.

## **Bibliografia**

- Araújo, E.R. (2002). “Dispensa para doutoramento e latência dos quadros temporais: contributos para a compreensão das acções de controlo do tempo II. Revista Teoria e Prática da Educação. Universidade Estadual de Maringá, Vol. 5, nº11: 73-97.
- Bergmann, W. (1992). The problem of time in sociology: na overview of the literature on state. *Time and Society*. **1**: 81 - 134.
- Bourdieu, P. (1990). The attitude of the Algerian peasant towards time. *Sociology of Time*. London, Macmillan.
- Corbin, A. (2000). História dos tempos livres : o advento do lazer. Lisboa, Teorema
- Debouzy, M. (1979). Aspects du temps industriel aux États - Unis au debut du XIX siècle. *Cahiers Internationaux de sociologie*. **vol. LXVII**: 197 - 220.
- Elias, N. (1997). *Du temps*. Lisboa, Difel
- Foucault, M.(1998). *Surveiller et punir : naissance de la prison*. Paris, Gallimard.

- Gell , A. (2000). Time and Anthropology. Time in comtemporany intellectual thought. P. B. (ed). Amsterdam, Elsevier: 251 - 268.
- Giddens, A. (1995). Contemporary critic of historical materialism. London, Macmillan Press.
- Glennie, P. T., Nigel (1996). "Reworking E.P. Thompson's "time, work discipline and Industrial capitalism." Time and Society **5(3)**: 275-299.
- Grossin, W. (1996). Pour une sciences des temps: introduction a l'ecologie temporelle. Toulouse, Octares.
- Landes, D.S. (1987), L'heure qu'il est : les horloges, la mesure du temps et la formation du monde moderne, Paris, Gallimard
- Lazarsfeld, P. (1981). *Les Chômeurs du Marienthal*. Paris: Ed. de Minuit.
- Marx, K. (1990/1857). *O capital : crítica da economia política*. Lisboa, Ed. Avante
- Mercure, D. (1996). "Perspectives d'avenir." *Temporalistes* **33**: 10-11.
- Nowotny, H. (1992). Le Temps à Soi: genése et structuration d'un sentiment du temps. Paris, Maison des Science de l'homme.
- Nowotny, Helga (1996). Time: the modern and post modern experience. Cambridge, Polity Press.
- Rossum, G. (1997). L'histoire de l'heure: l'horlogerie et l'organization moderne du temps. Paris, Maison des Sciences de l'Homme.
- Thompson, E.P., (1998/1979). Tradición, revuelta y consciencia de clase, Estudios sobre la crisis de la sociedad insustrial. Barcelona, Editorial Critica.
- Weber, M. (1948/1997). The meaning of discipline. From Max Weber: essays in sociology. H. G. a. C. W. Mills. London, Routledge: 253-265.
- Zarifian, F. (2000). Temps et Modernité. Paris, Harmattan.